



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS PODERES EXERCIDOS EM CASO CONCRETO.

## Autor(es)

Thiago Caetano Luz  
Priscila De Almeida Leite

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

## Introdução

A Administração Pública desempenha um papel fundamental na organização e funcionamento da sociedade. Tendo objetivo de gerir os recursos públicos e promover o bem-estar dos cidadãos, essa estando presente em todos os setores da sociedade onde o objetivo é facilitar as demandas de serviços e processos tanto direta como indireta.

## Objetivo

O artigo vem descrever os fatores que envolve os elementos na Administração e seu exercício tanto privado quanto particular. Essa tem suas particularidades e seus princípios que garantem a sua efetividade.

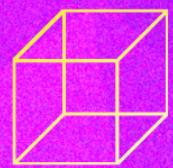
## Material e Métodos

Foi utilizada o método de pesquisa secundária como artigos, livros e afins diante da temática escolhida. Essa se subdivide em; poder vinculado, poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia, esses elementos sendo fatores essências na jurisprudência e sua aplicação na sociedade. Cada um tem sua função específica e é utilizado conforme a necessidade do caso concreto.

## Resultados e Discussão

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios que norteiam a Administração Pública no Brasil. Esses princípios são fundamentais para garantir a legalidade, a moralidade, a eficiência e a transparéncia na gestão pública. Estes os elementos essências como; poder vinculado, poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia sendo o poder vinculado que se refere à mera observância dos ditames legais. O poder

normativo permite à Administração expedir atos normativos, como decretos, resoluções, instruções normativas e portarias. O poder hierárquico refere-se à estrutura de subordinação existente na Administração. O poder disciplinar é utilizado para aplicar sanções aos servidores públicos que descumprem suas obrigações funcionais. Por fim, o poder de polícia permite à Administração fiscalizar, regulamentar e controlar atividades particulares que afetam o interesse público.



## Conclusão

Em resumo, a Administração Pública deve agir de forma transparente e com eficiência diante da justiça e a legalidade agindo de forma compromissada ao resultado do objetivo principal no controle da Administração Pública num todo levando em consideração suas formas de atuar diante da sociedade e os órgãos governamentais.

## Referências

Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988.

Direito Administrativo. Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Editora: Forense Edição: 37. Ano: 2024.



# 3<sup>A</sup> MOSTRA CIENTÍFICA

